



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012437-51.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Keli Cristina dos Santos**
 Impetrado: **26 Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

1 - Nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009 admito o ingresso ao feito, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, como assistente litisconsorcial, ante o requerimento de fls. 56. Anote-se Profiro sentença.

2- **KELI CRISTINA DOS SANTOS** impetra mandado de segurança contra a **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN** sustentando que é detentora de Permissão Para Dirigir, vencida desde o mês de outubro de 2016 e que, ao tentar a concessão da Carteira Nacional de Habilitação definitiva, foi informada de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, em decorrência de infração (AIT nº 3B9245522), praticada após à alienação do automóvel a terceiro. Sob tais fundamentos pede determinação à autoridade impetrada para que retire a restrição de sua CNH, referente ao Auto de Infração nº 3B9245522.

A liminar foi indeferida (fls. 31/32).

A autoridade impetrada prestou informações (fls. 42/44) sustentando (a) que a permissão para dirigir constitui uma situação precária e a ausência de infrações é requisito para a sua manutenção; (b) a responsabilidade da impetrante pelas infrações em razão do disposto no art. 134 do CTB; (c) embora conste como data da alienação o dia 07/07/2015, o reconhecimento de firma ocorreu em 16/03/2016, tendo sido comunicada a venda para o senhor Lucas dos Santos em 22/03/2016.

O Ministério Público declinou de sua intervenção (fls. 54/55).

É o relatório. Decido.

A impetrante transferiu o veículo em 07/07/2015, conforme fls. 21.

A infração constante em seu nome é posterior à data da alienação e foi praticada na condução desse automóvel, fls. 30.

Tendo em vista tal premissa fática, há que se acolher o pedido fundamentado na ausência de responsabilidade por infração de trânsito posterior à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tradição do automóvel.

É que a regra do art. 134 do CTB, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo STJ, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

O pedido será acolhido em relação a infração ocorrida após a essa data.

De toda sorte, a denegação deverá, logicamente, ser reapreciada pela autoridade impetrada, em razão do afastamento, pela presente sentença, dos óbices – pontuações - que foram apresentados como fundamento dessa decisão administrativa.

Ante o exposto, **CONCEDO** a segurança e **DETERMINO** à autoridade impetrada que exclua a autuação do AIT nº 3B9245522 e penalidade imposta à impetrante com fundamento na infração de trânsito praticada após 07/07/2015 na condução ou em relação ao veículo GM/Vectra GLS 1998/1999, placa CYF 1495.

A autoridade impetrada deverá ex officio reexaminar a decisão que indeferiu a obtenção da CNH definitiva, porquanto, salvo melhor juízo, com esta sentença foram superados os obstáculos apresentados como fundamento para o indeferimento.

Sem honorários no mandado de segurança (art. 25, Lei nº 12.016).

Intime(m)se o(s) coator(es) para o cumprimento da ordem, pena de incorrer(em) em crime de desobediência, improbidade administrativa, ou, conforme o caso, infração administrativa ou crime de responsabilidade, sem prejuízo de, em sendo necessário, serem adotadas outras medidas de coerção.

P.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA